

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO E DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZ (ACTAS 26 E 27 RESPECTIVAMENTE). -----

-----A acta da reunião ordinária realizada no dia 22 de Novembro de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

-----A acta da reunião extraordinária realizada no dia 29 de Novembro de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por maioria, com a abstenção do Vereador Pedro Machado, por não ter estado presente na mesma. -----

----- **ORDEM DO DIA**-----

-----O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fosse incluído para discussão o seguinte ponto:-----

-----SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO (SPA) -----

-----4. Reclamação de Créditos do Município de Montemor-o-Velho em Processos Judiciais – Processo n.º. 384/08.2TBMMV. -----

-----5. Escritura de Compra e Venda do artigo matricial rústico n.º. 4757, da Freguesia de Arazede, Concelho de Montemor-o-Velho – Exposição.-----

-----SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

-----1. Redefinição da Estrutura Organização da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.- -----

-----III. DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----

-----1. DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS (DEE)-----

-----2. “Projecto integrado de Regeneração Urbana de Montemor-o-Velho: Eixo Viário Pedonalizado – Ligação entre o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha (parte)” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde.-----

-----2. DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----

-----2. “ETAR para esgotos de Liceia, Gatões e Seixo” – Plano de Trabalhos, Plano de Pagamento e Cronograma Financeiro – Aprovação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

-----PROPOSTAS -----

-----INFORMAÇÕES -----

-----DA VEREADORA ELISABETE RAMA -----

----- **Primeira** – A Vereadora Paula Rama informou que os Vereadores do Partido Socialista tiveram conhecimento no passado sábado, dia 04 de Dezembro do corrente, nas instalações da Delegação da Cruz Vermelha da Carapinheira, sita na escola Primaria da Carapinheira, cujo edifício se encontra cedido por esta Câmara Municipal, de ter aí ocorrido um incêndio, tendo sido necessária a intervenção dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho. Neste momento a Cruz Vermelha encontra-se impedida de utilizar o edifício, porque o mesmo não oferece segurança, pelo que foi montada uma tenda no exterior para manter a prestação os seus serviços.-----

-----Atendendo a que o edifício que se encontra cedido à Cruz Vermelha é propriedade da Câmara Municipal de Montemor e que esta presta um serviço indispensável e de grande importância à população, os Vereadores do Partido Socialista, solicitam que a Câmara Municipal intervenha no sentido de proceder às obras necessárias e à reparação urgente do edifício, por forma a que a Cruz Vermelha possa continuar a exercer as suas funções com normalidade.-----

-----Para a Cruz Vermelha fica o lamento dos Vereadores do Partido Socialista pelo sucedido e o elogio pela forma rápida e pragmática com que resolveram a situação, para poderem continuar a laborar.-----

-----Usou da palavra o Presidente da Câmara lembrando que existe um protocolo entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Cruz Vermelha, pelo que a responsabilidade das obras é da Cruz Vermelha. A Câmara Municipal pode, quando muito, apoiar na realização dessas obras essenciais de reposição, de acordo com o que vier a ser ponderado e adequado, dado os tempos que se vivem. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Mais informou que os Vereadores do Partido Socialista felicitavam a Junta de Freguesia de Liceia, pela festa de Natal que promoveu no passado Sábado, dia 04 de Dezembro do corrente, que muito alegrou a todos os que a presenciaram e dela participaram, em particular as crianças e idosos. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----

----- 1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

----- 1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2011 ---

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento de que na sequência da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 29 de Novembro corrente ano, foi de novo presente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011, para apreciação e votação do Executivo Municipal. -----

-----Seguidamente pôs à votação as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011.

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco votos a favor da Coligação "Montemor, Sempre" e dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2011, que constam como documento anexo à presente acta sob o número um), tendo cada uma das Bancadas apresentado as declarações de voto que adiante se transcrevem. -----

-----Mais deliberou que este documento seja remetido à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- Declaração de voto do Partido Socialista: -----

-----"As Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento para 2010, demais documentação e explicações complementares que integram a proposta, tendo sido elaboradas de acordo com as normas e regulamentações técnicas, enquanto documento, não se nos afigura portador de quaisquer erros ou inexactidões. Porém, não nos podemos pronunciar acerca de eventuais omissões por que se encontrem influenciados os dados do presente documento, tal como nos foi apresentado. -----

-----As GOP e o Orçamento para 2011, com algumas inovações residuais, são mais uma vez, a imagem da continuidade da postura política dos anteriores executivos, nos últimos nove anos, as linhas orientadoras da estratégia e da gestão política da maioria PSD/PP... -----

-----Após a auditoria Financeira do Tribunal de Contas e da Inspeção geral de Finanças às Contas da Autarquia, as suas pertinentes recomendações, impunha-se uma nova postura, mais determinada e efectiva no sentido de se elaborarem orçamentos e o documento das Grandes Opções do Plano de uma forma mais rigorosa e realista, no sentido de alcançar um objectivo já hoje premente, primordial e incontornável no Município de Montemor-o-Velho, ou seja, o reequilíbrio financeiro da autarquia. -----

-----Esta proposta para as GOP mereceu a nossa melhor atenção e estudo, tendo-se chegado às seguintes conclusões: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

-----1. As GOP desta maioria PSD/PP, assentam todo o investimento relevante em obra financiada pelo QREN, já com candidatura aprovada, com candidatura apresentada, ou com intenção de candidatura, o mesmo é dizer com financiamento definido, ou não definido. -----

-----2. Somos naturalmente favoráveis à maioria dos projectos contemplados, excepto o "Elevador", ou "Ascensor Mecânico", para o Castelo da Vila de Montemor, bem como, o alargamento da Piscina de Montemor-o-Velho, para a construção de pistas de 50 metros, embora nos tenha sido referido que tal alargamento só seria feito se o financiamento do mesmo fosse integralmente garantido por terceiros. É preciso notar que em relação a esta última intenção de Investimento, para nós são absolutamente relevantes os custos de manutenção que tal infraestrutura assim criada vai ter no futuro, bem como, o custo/benefício para a população do concelho. Para além do mais, somos favoráveis a aproveitar tal financiamento para a construção de uma nova piscina no concelho, nomeadamente, em Pereira, local, onde pela sua situação geográfica, tais pistas de 50 metros poderão ser mais rentabilizadas, para abater ao máximo o seu custo de manutenção. -----

-----3. Destacamos com agrado o Investimento na execução da Rede de Saneamento Básico do Concelho, entendendo-a como a construção de sistemas completos (distribuição e tratamento dos efluentes em Etar adequada), aproveitando todos os incentivos comunitários disponíveis; -----

-----4. Somos totalmente favoráveis à conclusão da execução do projecto do Centro de Alto Rendimento (CAR), bem como, obras adjacentes, mesmo que o mesmo implique um grande esforço financeiro da autarquia; -----

-----5. Relembramos mais uma vez e protestamos de forma veemente, não ver contempladas quaisquer verbas para a sua gestão, aproveitamento e promoção futura, nomeadamente, e em particular, após a realização das provas importantes, de carácter nacional ou internacional. Não vislumbramos existir qualquer projecto de integração de tal infraestrutura desportiva nos reais interesses da população do concelho, o mesmo é dizer, ter um conjunto de habitantes em relação ao CAR, menos na categoria de "espectador" e mais na categoria de "interessados", seja pela via desportiva, seja pela via comercial, ou industrial; -----

-----6. Notamos com grande satisfação a inclusão de rúbricas específicas e com execução já em curso, de uma grande quantidade de arranjos urbanísticos, bem como,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

obras de carácter social... Continuamos a acreditar que “as pessoas do nosso concelho estão primeiro”! -----

-----7. Não temos quaisquer garantias que as recentemente anunciadas medidas de corte na despesa corrente, ou não reprodutiva, tenham algum impacto na diminuição do passivo, ou sequer garantam que o mesmo não se continue a agravar. Somos de opinião, salvo o devido respeito, que os referidos cortes na despesa, estão a ser realizados à custa directa daqueles que mais obra fazem para as pessoas concretas do concelho, ou seja as Juntas de Freguesia e as Entidades Privadas sem Fins Lucrativos, IPSS's do concelho!-----

-----8. Temos como certo que a previsão das receitas correntes, bem como, algumas das de capital, é completamente irrealista, estando referenciada por excesso, sempre com uma perspectiva muito optimista do cenário económico do País, da Região e do Concelho – É nosso entendimento, salvo melhor opinião, não estarem a ser cumpridas, neste campo, as recomendações do Tribunal de Contas e da Inspeção das Finanças, nos seus últimos relatórios; -----

-----9. Vemos com muita apreensão, e desde já, deixamos aqui o nosso mais firme e expresso protesto político com o aumento de dotação das verbas: “Impostos indirectos”, “Taxas Multas e outras Penalidades” (69,72% e 56,17%, respectivamente). Tal orientação orçamental denuncia de forma inequívoca que quem vai pagar os erros do passado na gestão desta autarquia, são os seus munícipes, já amplamente fustigados e prejudicados pelas penalizações de nível nacional. Não seremos tolerantes com qualquer “Caça à multa ... ou à Coima”... Não iremos concordar com aumentos injustificados e graves dos preços dos serviços e taxas da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho;-----

-----10. Nas receitas de capital, a rubrica “ Venda de bens de investimento” (10.459.000,00 €) é totalmente irrealista no contexto económico actual do Concelho, da Região e do País! Dado o seu elevado montante tem um peso determinante no equilíbrio do presente orçamento, pelo que, a sua não concretização tem efeitos desastrosos no resultado final das contas do Município, caso se concretizem as despesas previstas e recorrentes nos últimos anos;-----

-----11. Pela consulta das GOP dos anos anteriores, como já referimos, este documento não é muito diferente dos mesmos, embora a realidade e situação financeira da autarquia seja radicalmente diferente... Para pior! Se atentarmos num conjunto determinado de projectos aí previstos para execução, tanto no ano de 2011, como 2012, se os mesmos forem pagos dentro dos prazos normais e contratualmente fixados, ainda que sejam projectos financiados pelo QREN, só a comparticipação própria e obrigatória da autarquia, caso se

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

concretizem, como se espera, acrescidas com os custos de pessoal e despesas com o normal funcionamento da autarquia, naturalmente, esgotaria de imediato o montante das receitas correntes, gerando imediatamente mais passivo! Aqui fica patente a total falta de realismo do documento, ora em análise... Mas mais tarde, com a apresentação do Relatório e Contas se perceberá de forma clara o que aqui vimos denunciando, sistematicamente ao longo dos últimos anos; -----

-----12. Do lado da despesa, finalmente vislumbramos com agrado previsões de investimento na eficiência energética dos edifícios públicos da Autarquia, bem como, ao nível informático, comunicações e organização dos serviços, reivindicações sistemáticas em anteriores intervenções do Partido Socialista! Já era sem tempo! -----

-----13. Referenciamos com grande apreensão e alguma consternação a previsão de despesa em "Projectos" a encomendar fora, ou como prestação de serviços externos, de mais de 560.000,00 € (já retirando deste valor alguns que, pela sua natureza, não podem ser realizados nos serviços técnicos da autarquia, e ainda 46.000,00 € das rubricas de 1.000,00 € que pressupomos só serão para abertura das mesmas), e ainda previsão para 2012 de um montante aproximado de 891.000,00 €, o que para nós é inaceitável, pelo menos, é em parte deste montante, injustificado. Mesmo aceitando que nem todos os projectos podem ser assegurados pelos serviços da autarquia, destes montantes aqui denunciados (a que já se retiraram aqueles que sabemos terem de ser realizados fora), pelo menos cerca de metade desta verba será sempre inaceitável e injustificada. Sabendo nós que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho tem recursos humanos e técnicos bem qualificados, disponíveis e com capacidade e vontade para executar estes trabalhos, como justifica a actual maioria do executivo, esta opção a serviços externos? Faltam aos nossos recursos humanos os meios técnicos para poderem trabalhar? Falta confiança política nos nossos técnicos?-----

-----14. É nossa opinião, salvo o devido respeito por opinião contrária, que não existirá redução efectiva da despesa corrente no ano de 2011, exceptuando-se as transferências correntes para as Juntas de Freguesia e tecido associativo. Basta atentar na soma da despesa corrente do Município com as três rubricas "Pessoal", "Aquisição de Bens e Serviços" e "Serviço da dívida" para se perceber que vai acontecer rigorosamente o mesmo que nos anos anteriores, ou seja, vamos aumentar o deficit e o passivo da autarquia... Nem mesmo com a elaboração deste orçamento se não percebeu que o "Orçamento actual" para a RECEITA CORRENTE de 2010 é de 11.000.000,00 € e para a DESPESA CORRENTE de 2010 é de 13.349.800,00 €, deixando já uma ante-visão muito negra do futuro relatório e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

Contas para o ano de 2010, e afirmando de forma ostensiva o irrealismo do montante previsto para a "Despesa corrente" de 2011;-----

-----15. O presente documento, ao espelhar as linhas de orientação estratégica do executivo, é uma vez mais deficitário no âmbito da apresentação de soluções incisivas e inadiáveis no quadro da consolidação orçamental nas componentes da despesa, destinadas à promoção da sustentabilidade da recuperação e reequilíbrio financeiro de médio/longo prazo da autarquia, eliminando os desperdícios, a ineficiência das operações, processos e procedimentos, perseguindo a eficácia e a eficiência dos recursos materiais, financeiros e humanos.-----

-----16. O corolário lógico desta política, consubstanciada neste orçamento, será atingido nos próximos dois a três anos com uma vaga de inaugurações onde os actuais dirigentes políticos aparecerão todos sorridentes proclamando a modernidade conseguida para o concelho e auto-elogiando a sua visão e capacidade política... No entanto, quem pagará a factura de tal vaidade no futuro? No Partido Socialista, não concordamos com o velho lema bem português: "Quem vier que feche a porta!..." -----

-----17. A esta pesada factura acrescerão no futuro os custos de funcionamento e manutenção das infra-estruturas que agora estão a ser criadas, cuja sustentabilidade não está pensada e como tal irá onerar necessariamente a autarquia.-----

-----18. Alertamos, mais uma vez, para o facto de que se tem de começar a pensar em investimento concreto na manutenção e requalificação das redes de abastecimento/distribuição de água no concelho, aproveitando os financiamentos comunitários nesta área, mesmo antes de se actualizar os preços da água para os Municípios; -----

-----19. Sabemos antecipadamente que haverá vozes discordantes com a nossa posição, mas nem mesmo com um grande esforço dialéctico de todas as partes em presença, poderemos aceitar a penalização grave, rude e abrupta da actividade dos nossos Presidentes de Junta de Freguesia (antigos "14 vereadores" do executivo da maioria PSD/PP), do tecido associativo (antigos "parceiros privilegiados" do executivo da maioria PSD/PP), das pequenas obras na comunidade, e o flagrante irrealismo do projecto financeiro apresentado neste Orçamento para 2011, onde é patente a previsão de acumulação FUTURA de mais passivo, bem como, o recurso futuro, inevitavelmente previsível, ao crédito para financiamento dos projectos aprovados no QREN, pois é inequívoco que este concreto modelo de gestão corrente da autarquia não liberta receitas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

para garantir o financiamento próprio da autarquia dos projectos com financiamento comunitário. -----

-----Por todas estas razões e fundamentos, os Vereadores do Partido Socialista, assumindo uma posição política de consciência futura, respeitando o princípio da equidade intergeracional do orçamento, afirmam que o seu sentido de voto às GOP e Orçamento propostos para 2011 será desfavorável."-----

----- Declaração de voto da Coligação "Montemor, Sempre" -----

-----"Considerando que, Portugal vive uma situação extraordinária de verdadeira emergência das suas finanças públicas, que tal situação tem sido agravada pelo contexto negativo financeiro que se vive em toda a Europa onde é inequívoco que Portugal está hoje mais vulnerável a essa situação financeira internacional; -----

-----Considerando que, num momento em que se esgotaram praticamente 4 dos 7 anos que integram o período de programação financeira 2007 – 2013, falar do QREN é falar de 21,4 mil milhões de Euros de fundos comunitários, isto é, mais de 2.000 € por habitante, que o Governo tem sido incapaz de direccionar eficazmente para a competitividade, o desenvolvimento regional, a coesão social e territorial; -----

-----Considerando que, o Governo aprovou um conjunto de medidas adicionais ao Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) através do qual retirou 100 milhões de euros às receitas municipais (menos 3,8%) e decretou a obrigatoriedade do endividamento líquido nulo para os Municípios. Estas medidas coincidiram no tempo e no espaço com uma quebra de receitas dos impostos locais de cerca de 2% no primeiro trimestre de 2010. Em parte, isto foi resultante da redução de Taxas do IML, único desagravamento fiscal que o Governo decidiu levar a cabo e que atingiu as receitas municipais; -----

-----Considerando que, vale a pena recordar que, até 2002, estavam cobertos por redes de esgotos domésticos cerca de 41% de população do Concelho mas, apenas 38% dispunha de solução de tratamento. Entre 2002 e 2010, com a conclusão das obras em curso de redes de esgotos e de Etar's, e com a segunda candidatura (POVT, já aprovada) abranger-se-á cerca de 45% da população, conseguindo-se assim chegar a um total de 86% da população abrangida do Concelho. Verifica-se assim que, o nosso Concelho observa o PEAASAR II 2007 – 2013 que estipula 70% de atendimento por Sistema público; -----

-----Considerando que, apesar destes constrangimentos, as orientações expressas neste Plano e Orçamento para 2011 não constituem uma novidade total ou uma mudança de rumo em relação às premissas que enunciámos para o ano anterior e que os eleitores de Montemor-o-Velho, esmagadoramente, escolheram em Outubro de 2009 mas, uma

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06***

consolidação daqueles que são os valores e princípios do Executivo Municipal, pautados pela permeabilidade à criatividade, inovação e mudança, sem com isso perder de vista a nossa identidade e a nossa ruralidade, mas também pela humanidade, solidariedade e respeito pela pessoa humana; -----

-----Considerando que, as Grandes Opções do Plano e do Orçamento materializam, de forma realista, o conjunto de preocupações e premissas necessárias ao estímulo e consolidação dos investimentos motrizes do desenvolvimento do Município e do bem-estar dos munícipes, perante uma conjuntura de dificuldades económicas nacional e internacional e o atraso na implementação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) já referenciadas; -----

-----Considerando que, mantemos a aposta nos sectores sociais, nomeadamente do Desporto, enquanto pilar fundamental da formação e saúde das pessoas, expresso de forma mais significativa no projecto e nas novas valências do Centro de Alto Rendimento, na regeneração do largo da feira e construção de novas estruturas de apoio, e na construção da Pousada da Juventude, mas também nas infra-estruturas básicas, na Educação e na Cultura, na Protecção Civil, na requalificação dos nossos Núcleos Urbanos, nos Transportes Rodoviários, no Ambiente e no Turismo, no Associativismo; -----

-----Considerando que, Continuamos a privilegiar a cooperação com as Juntas de Freguesia, num processo de gestão participada com os seus Presidentes. Acreditamos que, pela via da cooperação institucional e pela proximidade com os munícipes, a estes cabe um papel de extrema importância na resolução de problemas e da melhoria das condições e salvaguarda das populações, quer por via das suas atribuições e competências, quer por via do papel de intermediário entre estas e a Autarquia, na comunicação e busca de soluções conjuntas; -----

-----Considerando que, as GOP's 2011 traduzem uma visão integrada e integradora do processo de desenvolvimento do Concelho, assente num conjunto vasto de projectos e acções; -----

-----Considerando que, as GOP's para 2011, assentam em princípios claros de modernidade, salvaguardando a nossa ruralidade, nomeadamente a criação da marca «Montemon», colocando-nos numa concorrência saudável com outras marcas, territórios e contextos histórico-sociais, aumentando a atractividade ao nosso município e posicionando-nos para patamares de desenvolvimento equiparados a municípios de maior monta, tornando-nos de facto um destino de excelência e apetecível para investir e viver; -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

-----Considerando que, as GOP's para 2011 introduzem a abertura a novos eixos de desenvolvimento que introduzem a inovação, a criatividade e a sustentabilidade, nomeadamente com o incremento da Agenda 21, bem como, com o envolvimento de novos parceiros para o município, públicos e privados, assumindo uma nova atitude de competitividade;-----

-----Considerando que, as GOP's para 2011 indiciam uma visão de incremento de um processo de modernização administrativa do município com o desenvolvimento de novas competência dos funcionários garantindo uma melhoria dos serviços prestados aos munícipes e, uma auto valorização pessoal daqueles que prestam serviço na autarquia, apostando desta forma no potencial humano existente;-----

-----Considerando que, as GOP's para 2011 assentam num Plano e Orçamento que reflecte bem o arrojo e a coragem políticas expressos num valor global de 39.900.000 €, dos quais 26.246.000, € de investimento.-----

-----Considerando que, as GOP's para 2011 introduzem novos vectores operacionais como o Emprego e Empreendedorismo, a Criatividade, e a Reforma Administrativa, Responsabilidade Social e Qualidade;-----

-----Considerando que, o Concelho tem um rumo, uma estratégia traçada, perante os condicionalismos, as potencialidades, as oportunidades e as ameaças, cumpre os objectivos a que nos propusemos para, cada vez mais e melhor, alcançar o desenvolvimento, a justiça social e a qualidade de vida;-----

-----A Bancada da Coligação "Montemor, Sempre" vota a favoravelmente as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2011, reafirmando o rigor e transparência que os documentos evidenciam bem como a ambição e vontade de desenvolver social e economicamente o nosso Concelho, desafiando todas as forças políticas a associarem-se a este projecto de "construção" de um Concelho melhor."-----

----- SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO -----

----- 1 – CONTRATO DE COMODATO – FILARMÓNICA INSTRUÇÃO E --- ----- RECREIO DE ABRUNHEIRA-----

-----Foi presente uma informação da Directora de Departamento que a seguir se transcreve:-----

-----"Em Abril do corrente ano deu entrada neste Município um ofício da Filarmónica Instrução e Recreio de Abrunheira através do qual foi solicitado a cedência do edifício denominado Escola Primária de Abrunheira, onde funcionava o Jardim de Infância, para instalação da Escola de Música da referida Filarmónica.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

-----O referido edifício encontra-se actualmente desocupado e à semelhança do que já foi feito com os edifícios de outras escolas, poderá ser autorizada a cedência do referido edifício para o fim pretendido, mediante a celebração de um contrato de comodato, que regule a cedência e estipule as condições da mesma.-----

-----Para o referido efeito informa-se ainda que o edifício não está registado na Conservatória do Registo Predial, está inscrito no Serviço de Finanças sob o artigo matricial n.º 415 da freguesia de Abrunheira, anexando-se proposta da minuta de Contrato de Comodato, que poderá ser remetido à reunião do executivo municipal para que se pronuncie, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro."-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a celebração do contrato de comodato entre o Município de Montemor-o-Velho e a Filarmónica Instrução e Recreio de Abrunheira, e aprovar a minuta apresentada (documento anexo à presente acta sob o número dois).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- 2 – CONTRATO DE COMODATO – CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (DELEGAÇÃO DE VERRIDE)-----

-----Foi presente uma informação da Directora de Departamento que a seguir se transcreve:-----

-----"Em 03 de Novembro corrente ano deu entrada neste Município um ofício da Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Verride) através do qual é solicitado a cedência do edifício da antiga Escola de Ensino Básico de Verride, para instalação da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa.-----

-----O referido edifício encontra-se actualmente desocupado e à semelhança do que já foi feito com os edifícios de outras escolas, poderá ser autorizada a cedência do referido edifício para o fim pretendido, mediante a celebração de um contrato de comodato, que regule a cedência e estipule as condições da mesma.-----

-----Para o referido efeito informa-se ainda que o edifício não está registado na Conservatória do Registo Predial, está inscrito no Serviço de Finanças sob o artigo matricial n.º 617 da freguesia de Verride, anexando-se proposta da minuta de Contrato de Comodato, que poderá ser remetido à reunião do executivo municipal para que se pronuncie, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro."-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a celebração do contrato de comodato entre o Município de Montemor-o-Velho e Cruz

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

Vermelha Portuguesa (Delegação de Verride), e aprovar a minuta apresentada (que consta como documento anexo à presente acta sob o número três). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 3 – PARCELA 7 DESTINADA À OBRA DE REGENERAÇÃO URBANA – PERCURSO PEDONAL ASSISTIDO (ASCENSOR MECÂNICO) -----

-----Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico, que a seguir se transcreve:-----

-----“Na sequência da deliberação de Câmara de 10.05.2010 e da subsequente notificação efectuada aos proprietários da parcela 7, parcela necessária à obra de Regeneração Urbana - Ascensor Mecânico, vieram os mesmos, Luís Oliveira e esposa, informar (documento anexo) de que não pretendem “exercer o direito à indemnização financeira que estaria prevista para a programada expropriação” dos 7,24 m2 necessários para a obra supra melhor identificada. -----

-----Informam que apenas pretendem que a Câmara Municipal assumas as despesas de substituição do gradeamento existente na janela que incide sobre a parcela que esta edilidade pretende ocupar, por “outra com robustez e desenho equivalentes”, salvaguardando a segurança de pessoas e do próprio edifício. -----

-----Nessa sequência existe já o parecer do arquitecto Miguel Figueira, documento em anexo, que julga “não haver qualquer inconveniente em avançar. Efectivamente o gradeamento deverá ser substituído e a pretensão do requerente pela substituição por outra de robustez e desenho equivalentes parece-nos perfeitamente apropriada”. -----

-----Contudo, e como refere o arquitecto Miguel, a alteração do gradeamento existente na parcela não está prevista na empreitada, pelo que terá ser tratada de forma autónoma, havendo autorização para isso. -----

-----Face ao exposto, terá de existir autorização por parte da Câmara Municipal para esta intervenção na parcela 7, uma vez que a mesma não está prevista na empreitada para a obra de Regeneração Urbana – Percurso Pedonal Assistido (Ascensor Mecânico).”-----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista votam contra, por questões políticas. Nada têm contra o procedimento, inclusivamente consideram correcta a proposta apresentada.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor da Coligação “Montemor, Sempre”, proceder à intervenção na parcela 7 destinada à obra de Regeneração Urbana – Percurso Pedonal Assistido (Ascensor Mecânico), de acordo com o atrás mencionado. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

----- 4 – “RECLAMAÇÕES DE CRÉDITOS DO MUNICÍPIO DE-----
 ----- MONTEMOR-O-VELHO EM PROCESSOS JUDICIAIS” -----
 ----- – PROCESSO N.º 384/08.2TBMMV -----

-----Foi presente uma informação da Directora de Departamento que a seguir se transcreve:-----

-----“Em 22 de Novembro de 2010 deram entrada nesta Câmara Municipal dois ofícios do Agente de Execução António Manuel de Matos citando o Município de Montemor-o-Velho para, “...apresentar certidão de quaisquer dívidas de tributos à Fazenda Pública imputadas ao/à executado/a que nos termos da lei, possam ser objecto de reclamação de créditos.”, em relação a quaisquer dívidas imputadas quer à executada Maria Cecília Pascoal Pinto (NIF 178.066.982) quer ao executado Mário António Silva dos Santos (NIF 142.605.964), ao que os serviços de Tesouraria apuraram existir uma dívida referente a fornecimento de água, no montante de 551,80€. -----

-----A Câmara Municipal tem recebido inúmeras reclamações de créditos, quer por parte de Tribunais quer de Solicitadores de Execução, importando referir que, inicialmente a Câmara Municipal reclamou créditos em dívidas respeitantes a dívidas de consumo de águas, tendo pago valores avultados e por vezes superiores à dívida em taxas de justiça, uma vez que as autarquias deixaram de beneficiar da isenção do seu pagamento. Por esse motivo foi deliberado na reunião da Câmara Municipal de 16 de Fevereiro de 2007 “...não reclamar perante os Tribunais ou Solicitadores de Execução Créditos em que a quantia em dívida seja inferior a 50,00€.” -----

-----Noutros casos a Câmara Municipal reclamou créditos cujos valores em dívida eram em muito superiores ao valor deliberado (ou seja, superiores a 50,00€), nos quais as decisões dos Tribunais foram sempre de arquivamento, isto porque é seu entendimento que só são admitidos credores que gozem de garantia real sobre o bem penhorado, com fundamento no disposto no artigo 865º, n.º1 do Código de Processo Civil (CPC), o que não se verifica, relativamente a créditos desta natureza. -----

-----Atendendo ao fundamento atrás referido o executivo municipal entendeu em outros processos que não seria vantajoso para o Município reclamar créditos face às decisões de arquivamento recebidas dos Tribunais e atendendo também ao valor das custas imputadas ao Município. É disto exemplo o processo de reclamação de créditos n.º 349/06.9TBMMV-A em que o valor reclamado por dívida de fornecimento de água foi de 192,45€ (reclamação rejeitada pelo Tribunal) e o pagamento das custas neste processo foi de 163,20€, conforme se pode verificar pela cópia que se anexa.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

-----No caso em apreço, em que são executados Maria Cecília Pascoal Pinto e Mário António Silva dos Santos, o valor em dívida (551,80€) é bastante superior relativamente aos valores dos processos anteriores.-----

-----Assim, entende-se que o processo deve ser remetido ao executivo municipal para decisão sobre se devem ser ou não reclamados estes créditos, bem como orientação para casos análogos que com forte probabilidade surgirão no futuro."-----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que concordam com a proposta, até porque do ponto de vista financeiro é muito mais gravosa a não aceitação da mesma, tal como foi formulada pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade não reclamar perante os Tribunais ou Solicitadores de Execução créditos em que o município não detenha garantia real, sem prejuízo de os serviços desenvolverem outras diligências que possibilitem a recuperação desses créditos, pela via administrativa.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 5 – ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DO ARTIGO MATRICIAL -----

----- RÚSTICO N.º 4757, DA FREGUESIA DE ARAZEDE, CONCELHO --

----- DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- – EXPOSIÇÃO -----

-----Foi presente uma informação da Directora de Departamento que a seguir se transcreve:-----

-----"No dia 11 de Fevereiro de 2010 foi celebrada no Notário Privativo desta Câmara Municipal uma escritura de aquisição do artigo matricial rústico n.º 4757 da Freguesia de Arazede, deste concelho, a Joana Filipa Ventura Lourenço, num processo de expropriação destinado à urgente formalização do processo para instalação do Projecto do Pólo Logístico e Industrial de Arazede (PLIA), o qual culminou em acordo e veio o mesmo a ser adquirido pela via do direito privado. Por se tratar de uma menor, foi necessário que os pais da referida Joana Lourenço desenvolvessem um processo de Autorização/Confirmação através do qual foram autorizados a vender o imóvel atrás referido, por sentença proferida em 16 de Dezembro de 2009. -----

-----Veio agora o Tribunal Judicial de Montemor-o-Velho notificar o pai da menor Euclides da Cruz Craveira Lourenço e a mãe Cassilda Freitas Ventura para procederem ao pagamento das custas judiciais do processo, no valor de 74,80€/ por cada um, o que perfaz um total de 149,60€.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

-----Tratando-se de um processo urgente e cujo interesse primordial é da Câmara Municipal sugiro que seja esta a suportar na integra o pagamento das custas no processo atrás referido, tanto mais que com esta aquisição pela via do direito privado se evitaram muitas outras despesas que ocorreriam, caso o processo de expropriação tivesse prosseguido." -----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista nada têm a opor ao pagamento deste montante, porquanto o expropriado não deve ter qualquer prejuízo, para além daquele que seja inerente à sua própria actividade. Quem demonstrou interesse na aquisição deste terreno foi a Câmara Municipal e portanto, o pagamento desta pequena quantia, que para os pais da criança pode não ser uma pequena quantia, dado que foi no interesse da entidade expropriante, terá que ser esta a assumir todas as despesas e encargos, que origina com a sua actividade. -----

-----Nesse enquadramento os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente. ---

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das custas judiciais do processo, no valor total de 149,60€, de acordo com o atrás exposto.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1 – ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ----- ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NO PERÍODO DO NATAL E - ANO NOVO -----

-----Foi presente uma informação dos Serviços a alertar, a exemplo dos anos transactos, que se torna necessário autorizar o alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais da Vila de Montemor e do restante concelho, durante o período do Natal e Ano Novo. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores, autorizar o alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais em geral até 6 de Janeiro de 2011, inclusive das 9 horas até às 20 horas, sem interregno à hora de almoço, desde que a Associação Empresarial de Montemor-o-Velho, nada tenha a opor. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- 2 – TABELA DE PREÇOS E TARIFAS DO MUNICÍPIO DE ----- MONTEMOR-O-VELHO -----

-----O presente ponto foi retirado da Ordem do Dia.-----

----- 3 – TAXA MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

----- **- PROPOSTA DE REGULAMENTO** -----

----- **O presente ponto foi retirado da Ordem do Dia.** -----

----- **TESOURARIA** -----

----- **1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 03 de Dezembro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 751.396,44 € (setecentos e cinquenta e um mil, trezentos e noventa e seis euros e quarenta e quatro cêntimos) e em Operações de Tesouraria de 403.495,27 € (quatrocentos e três mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e vinte e sete cêntimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS** -----

----- **SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL** -----

----- **SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS** -----

----- **1 - PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO E DELEGAÇÃO DE** -----

----- **COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE** -----

----- **MONTEMOR-O-VELHO E AS JUNTAS DE FREGUESIA DO** -----

----- **CONCELHO** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma proposta relativamente ao assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve: -----

----- "A Delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de freguesia decorre de um princípio constitucional e está legalmente consagrada nas disposições conjugadas dos art.º 37º e 66º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o novo quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos Municípios e das Freguesias. -----

----- O referido art.º 66º prevê a possibilidade de a Câmara, sob autorização da Assembleia Municipal, delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, mediante a celebração de protocolos, onde figurem todos os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos e as matérias objecto da delegação, apontando as formalidades e o conteúdo de que se deve revestir o mencionado protocolo. -----

----- Estes protocolos são instrumentos importantes de colaboração entre os órgãos autárquicos, na medida em que reforçam significativamente os seus poderes e capacidade de intervenção, permitindo melhorar e dar maior eficiência à acção do Poder Local junto

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

das populações, numa lógica de racionalização dos serviços e do estabelecimento de metodologias de trabalho transversal. -----

-----Da execução de anteriores Protocolos de Delegação de Competências resultaram benefícios para os objectivos comuns das duas entidades outorgantes, a que se pretende dar continuidade.-----

-----Considerando que estes protocolos se têm revelado como instrumentos importantes de colaboração entre os órgãos autárquicos, na medida em que reforçam significativamente os seus poderes e capacidade de intervenção, permitindo melhorar e dar maior eficiência à acção do Poder Local junto das populações. -----

-----PROPONHO que a Câmara Municipal aprove a minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar com cada uma das catorze Juntas de Freguesia do Concelho de Montemor-o-Velho, de acordo com o disposto na alínea c), do nº 6, do artº 64º e art.º 66º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerando que as referidas Juntas de Freguesia manifestaram já o seu interesse na respectiva celebração".-----

-----Mais disse que houve uma alteração feita posteriormente à entrega da documentação, que visa sobretudo manter um nível de equilíbrio no próximo ano de transferência para as juntas de freguesia, e sobretudo, em termos de financiamento líquido não diminuir os encargos que decorreram durante o ano de 2010. -----

-----Dentro dessa matéria foi distribuído aos membros do executivo um documento que aponta para um reforço do que estava no Plano de Actividades e Orçamento, que apontava para uma transferência de 255.000,00€ que vai ser alterado para 329.300,00€. -----

-----Por isso, vai sobretudo ao encontro da preocupação de independentemente das questões mais delicadas hoje sabem que a Delegação de Competências nestas Juntas de Freguesia, acabam sempre por rentabilizar da melhor forma os montantes de investimento agora aqui transcritos.-----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que, em relação a este ponto, é conhecida desde sexta-feira a posição pública do Partido Socialista em relação àquilo que estava previsto. Até consideravam que este iria ser o ponto quente desta reunião de Câmara, mas em boa hora e queria dizê-lo da mesma forma que critica o Senhor Presidente de Câmara em algumas intervenções, em boa hora dizia, o Senhor Presidente da Câmara interveio neste ponto, para corrigir aquilo que ambos os vereadores do Partido Socialista consideravam uma flagrante injustiça para com os Presidentes das Juntas de Freguesia, nomeadamente também, numa linha de coerência em relação àquilo que esta maioria

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

PSD/PP vem apregoando ao longo destes últimos anos, dizendo que efectivamente os Presidentes das Juntas eram tidos como os 14 Vereadores da Câmara Municipal. Ora, perante este corte tão radical e abrupto que, qualquer crise financeira da Câmara ou do país nunca poderia justificar, mais parecia uma retirada de confiança aos Presidentes de Junta. Em boa hora, o Senhor Presidente da Câmara corrigiu aquilo que já vínhamos alertando como um erro grave e desnecessário, e por isso demonstrou também ao longo desta negociação com a oposição, um grande e elevado sentido democrático por respeitar também as posições desta. Assim, nesse sentido e porque entendem também que neste momento não é possível fazer mais nenhum esforço financeiro neste concreto ponto do Orçamento, os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente esta proposta, entretanto corrigida.-----

-----No entanto, os vereadores do Partido Socialista, não concordam, e não consideram correcto e justo que a última prestação do Protocolo de 2010 seja paga às Juntas de Freguesia em 2011, porquanto, essas mesmas Juntas já cumpriram a sua parte do acordo de delegação de competência com o Município, já contraíram dívida para com terceiros, que não podem saldar por causa deste incumprimento da Câmara Municipal, nem muito menos concordamos com a linha de raciocínio de que tal ultima prestação deve ser somada às prestações do ano de 2011. -----

-----Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que no início de 2011 vão proceder a esse pagamento que, no fundo, tem alguns dias de decalage, entre o dia 31 de Dezembro de 2010 e o novo dia de pagamento. Teriam que ter em atenção que o município perdeu 10% da receita e por isso estão a fazer um esforço para manter a oportunidade de dar às Juntas de Freguesia os mesmos montantes.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, ao abrigo das disposições legais acima invocadas, aprovar as minutas dos Protocolos de Colaboração a celebrar com as catorze Juntas de Freguesia do Concelho de Montemor-o-Velho, os quais constam como documento anexo à presente acta sob o número quatro. -----

-----Mais deliberou que estes documentos sejam remetidos à Assembleia Municipal para autorização, nos termos das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 6.º, do art.º 64.º e alínea s), do n.º 2.º, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

----- 1 – REDEFINIÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E MAPA DE- ----- PESSOAL CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO-----

-----O Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta:-----

-----“O Decreto-Lei n.º 305/2009, publicado em 23 de Outubro, veio revogar o Decreto-Lei n.º 116/84, na sua redacção em vigor e teve como principal objectivo dotar as autarquias locais de condições para o cumprimento adequado do seu amplo leque de atribuições, respeitantes quer à prossecução de interesses locais por natureza, quer de interesses gerais que podem ser prosseguidos de forma mais eficiente pela administração autárquica em virtude da sua relação de proximidade com as populações, no quadro do princípio constitucional da subsidiariedade. -----

-----Este diploma, que veio estabelecer o Regime Jurídico de Organização dos Serviços das Autarquias Locais (RJOSAL), impõe no seu artigo 19º que as Câmaras Municipais promovam a revisão dos seus serviços, de acordo com o novo quadro legal aprovado, até 31 de Dezembro de 2010. -----

-----Considerando que, -----

----- - Compete à Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea n) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção,-----

----- - aprovar a reorganização dos serviços municipais; -----

----- - Compete ainda à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do art.º 6.º do RJOSAL aprovar o modelo de estrutura orgânica (hierárquico, matricial ou misto) para a organização interna dos serviços municipais;-----

----- - Compete à Assembleia Municipal aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares (direcções municipais e departamento municipais) em conformidade com a alínea b) do art.º 6.º do RJOSAL, sendo que no caso concreto de Montemor-o-Velho, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho e pelo art.º 16.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, apenas estão reunidas as condições necessárias para a previsão de cargos de director de departamento municipal; -----

----- - Com base nas premissas de contenção da despesa que norteiam a actual actividade municipal, também contidas no Estudo para a Redefinição da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, opta-se por prever apenas dois cargos dirigentes para a estrutura nuclear;-----

----- - Compete ainda à Assembleia Municipal definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis (unidades orgânicas lideradas por dirigentes titulares de cargos de direcção intermédia de 2.º grau ou inferior), nos termos da alínea c) do art.º 6.º do RJOSAL,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

estando cometida à Câmara Municipal a competência para criar, dentro dos limites máximos fixados pela Assembleia Municipal, as aludidas unidades orgânicas flexíveis e definir as respectivas atribuições e competências, conforme dispõe a alínea a) do art.º 7.º do RJOSAL; -----

----- Compete à Assembleia Municipal definir o número máximo total de subunidades orgânicas (serviços liderados por pessoal com funções de coordenação, designadamente coordenador técnico) nos termos das alíneas d) do art.º 6.º, competindo ao Presidente da Câmara Municipal a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas, dentro daquele limite, em conformidade com o disposto no art.º 8.º do RJOSAL;-----

----- - Compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea f) do art.º 6.º do RJOSAL definir o número máximo de equipas de projecto, que poderão ser criadas por deliberação fundamentada da Câmara Municipal, sob proposta do respectivo presidente, com carácter temporário e com objectivos especificados;-----

-----Face aos considerandos enunciados, propõe-se que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, com base no Estudo para a Redefinição da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal, delibere propor à Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho a seguinte Estrutura Organizacional:-----

-----Estrutura Organizacional proposta:-----

----- - Modelo de estrutura orgânica – Estrutura Hierarquizada;-----

----- - Unidades Nucleares (Departamentos) - 3 (três);-----

----- - Número máximo de unidades orgânicas flexíveis (Divisão) - 7 (sete);-----

----- - Número máximo de subunidades orgânicas (Secções) - 23 (vinte e três);-----

----- - Número máximo de equipas de projecto – 3 (três).-----

-----Entrada em vigor-----

----- A presente moldura organizacional entra em vigor no primeiro dia útil posterior à sua publicação no Diário da República, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.-----

-----Revogação-----

----- - Com a entrada em vigor da actual estrutura, fica revogada a estrutura e organização dos Serviços Municipais publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 94, apêndice n.º 64, de 22 de Abril de 2003."-----

-----Mais disse que após a aprovação da Estrutura Orgânica, de acordo com a proposta apresentada, torna-se necessário elaborar um regulamento específico desta estrutura nuclear, bem como a afectação de recursos humanos para o próximo ano.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06***

-----Em relação a esta matéria, têm que compatibilizar por um lado a melhoria da funcionalidade, da imagem e sobretudo da relação interna/externa do município; teriam que ter uma valorização do potencial humano que justifica hoje, mais do que nunca uma separação entre aqueles que profissional e mesmo municipalmente se entregam e têm um valor acrescentado daqueles que claramente não têm essas preocupações e acabam por "passar pela vulgaridade e pela normalidade" funcional. -----

-----Dentro desses aspectos também um dos pontos que foi focado pela Faculdade de Economia era a necessidade do preenchimento de chefias intermédias para que se mantivesse uma "oxigenação" da estrutura. Isto tudo para formalmente apresentar que, em relação ao próximo ano e no contexto que está previsto, iriam avançar com o provimento em cenário máximo de dois Directores de Departamento ou seja no caso concreto, o Departamento Administrativo e Financeiro e no Departamento de Urbanismo, com a manutenção no máximo até 6 Divisões, caso nem todos os Departamentos sejam providos (Divisão Administrativa, Divisão Financeira, uma Divisão do Departamento de Cultura e do Desenvolvimento Humano e duas Divisões do Departamento do Urbanismo) e manter no caso concreto três equipas de Unidade de Projecto. Isto será o cenário mais pleno de provimento. As questões depois decorrerão de acordo com a efectiva flexibilização e a necessidade operacional. Como tem sido hábito trará ao executivo para conhecimento e por isso diria que numa situação normalizada, teriam dois Directores de Departamento, três Divisões e três Unidades de Projecto. Numa situação extrema de não terem Director de Departamento, teriam 6 Divisões e três Unidades de Projecto. Pensa que, neste momento não vai estar a redefinir quais esses Departamentos, claramente que eles vão decorrerem de situações e negociação e contratualização. -----

-----Solicitava à Directora de Departamento que perspectivasse para o dia 20 na próxima reunião de Câmara, face ao que poderia vir a ocorrer à tarde que é a aprovação em Assembleia destes mecanismos, quais os concursos de provimento que deveriam sancionar para abrir antes do final do ano, por causa das questões que estão ligadas ao Programa de estabilidade e crescimento. -----

-----Os vereadores do Partido Socialista, entendem que tanto a proposta do Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Montemor-o-Velho - Estrutura Nuclear, bem como o Mapa de Pessoal em análise, representam, desde logo, um esforço de diminuição de despesa corrente e fixa da Câmara, sendo só por isso, ao fim de tantos anos, um motivo de nota positiva a dar a estas duas propostas. Já era sem dúvida tempo de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

fazer alguma coisa neste concreto sector e não devia ter-se esperado que tal resultasse de uma imposição legal de alteração obrigatória nesta área, ou outros motivos externos. -----

-----Continuam os Vereadores do Partido Socialista a entender que esta parte também devia ter sido alvo de estudo pela Equipa da Faculdade de Economia, nomeadamente, para efeitos de eficiência e rentabilidade dos Recursos Humanos existentes na Autarquia a alocar em cada sector de actividade da Câmara. É certo que o que se pretendia era uma proposta ou base de trabalho, pois deverá ser o executivo a ter a última palavra a dizer neste caso concreto da gestão do seu pessoal. Em particular, compete à actual maioria definir o que quer e como quer a sua equipa de trabalho na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, bem como, como pretende agilizar e aplicar o modelo recentemente aprovado após relatório da referida Faculdade de Economia.-----

-----Importante, foi mesmo verificar que há um esforço, um sinal claro de diminuição do peso do quadro de pessoal na despesa corrente da autarquia. Assim, não existe razão para votar desfavoravelmente a proposta em discussão, pois é a esta maioria política que compete dizer como quer organizar a equipa de pessoal da Câmara, pelo que, a nossa posição final é a de abstenção. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar a proposta de Estrutura Organizacional e Mapa de Pessoal e remetê-la à Assembleia Municipal, para aprovação (documento anexo à presente acta sob o número cinco). -----

-----Mais deliberou aprovar a Proposta de Regulamento de Organização dos Serviços de Montemor-o-Velho – Estrutura Nuclear e remetê-lo à Assembleia Municipal, para aprovação (documento anexo à presente acta sob o número seis).-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA-----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

-----Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre 22 de Novembro e 3 de Dezembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número sete).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

----- 2 – PROPOSTA DE CEDÊNCIA DE UMA ÁREA DE 64.45 M²-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

----- (NO TERRENO OBJECTO DE LICENCIAMENTO) E DE 89.90 M² ---
 ----- (NO TERRENO OBJECTO DA PRETENSÃO A NASCENTE INSCRITO
 ----- NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O-----
 ----- N.º 2242/2001), PARA DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, NO ----
 ----- ÂMBITO DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO
 ----- DE MORADIA UNIFAMILIAR, REQUERIDO POR RUI RAFAEL DE ---
 ----- JESUS MARQUES, PARA O LUGAR DE PORTO MIEIRO, FREGUESIA
 ----- DE SEIXO – PROC. DE OBRAS N.º 45/2010-----

-----Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado da informação DOT n.º 206-TR/2010, de 15/11/2010, a sugerir que a Câmara delibere no sentido de aceitação de uma cedência de 154.35 m², conforme folhas n.ºs. 267 e n.º. 302 e 303 do processo de obras n.º. 45/2010, atendendo a que tal área passará a integrar o domínio público municipal.-----

-----Sugere-se ainda que a cedência proposta seja aceite com base na deliberação de Câmara de 26 de Novembro de 2004, e que seja deliberado o cumprimento do apontado na alínea f) da referida deliberação.-----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que a posição dos Vereadores do Partido Socialista é de votar favoravelmente, de acordo com o parecer técnico e respectiva fundamentação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aceitar a cedência de 123.50 m², cabendo ao requerente proceder ao prévio e adequado tratamento do espaço a ceder.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- **3 – PEDIDO DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE-**
 ----- **MORADIA, ANEXOS E MUROS, REQUERIDO POR LUÍS MANUEL -**
 ----- **DOS SANTOS CORREIA E OUTRA, SITO NO LOTE 33 DO-----**
 ----- **LOTEAMENTO EM NOME DE “URBEPEREIRA – GESTÃO -----**
 ----- **IMOBILIÁRIA. LDA.”, TITULADO PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO**
 ----- **N.º. 3/2001, FREGUESIA DE PEREIRA - PROC. N.º. 86/2010 -----**
 ----- **– VARIAÇÃO INFERIOR A 3% DA ÁREA DE CONSTRUÇÃO -----**

-----Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado da informação DOT n.º 213-TR/2010, indicando que a área de construção proposta para habitação é de 263.61 m², sendo que a proposta do loteamento é de 260.00 m², traduzindo-se numa variação de 1,39%, < 3%.-----

-----Todavia, por se tratar de variações inferiores a 3%, sem aumento do n.º de fogos e alteração dos parâmetros urbanísticos fixados no P.D.M. considera-se alteração de pormenor conforme o estipulado no n.º 8 do art.º 27º do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

na sua actual redacção, podendo tal alteração ser aprovada por simples deliberação da Câmara Municipal, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, pelo que se sugere que a Câmara delibere no sentido de aceitar a alteração da área. -----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que a posição dos Vereadores do Partido Socialista é de votar favoravelmente, de acordo com o parecer técnico e respectiva fundamentação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aceitar a alteração da área, de acordo com a informação dos serviços.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL** -----

----- **2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL** -----

----- **SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE** -----

----- **III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS** -----

----- **1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS**-----

----- **1 – ELECTRIFICAÇÃO NOS AGLOMERADOS DE ABRUNHEIRA E** -----

----- **REVELES ATÉ AO APEADEIRO DE REVELES, FREGUESIA DE** -----

----- **ABRUNHEIRA** -----

----- **- ORÇAMENTO DA EDP** -----

-----A fim de levar a efeito os trabalhos de ampliação da rede de BT/IP nos aglomerados de Abrunheira e Reveles até ao Apeadeiro de Reveles, Freguesia de Abrunheira, foi presente orçamento da EDP, S.A. no montante de 5.742,48 € (cinco mil setecentos e quarenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos) – acrescido de IVA à taxa legal, e foi calculado nos termos do Contrato de Concessão assinado com esta Autarquia. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente seu pagamento no valor de 5.742,48 € (cinco mil setecentos e quarenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos) – acrescido de IVA à taxa legal.-- -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **2 – “PROJECTO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA DE** -----

----- **MONTEMOR-O-VELHO: EIXO VIÁRIO PEDONALIZADO**-----

----- **– LIGAÇÃO ENTRE O CENTRO HISTÓRICO E A FRENTE**-----

----- **RIBEIRINHA (PARTE)”** -----

----- **- APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE**-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

-----Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada pelo Plano de Segurança e Saúde, apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

-----Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde.-----

-----Dois – Nomear como Coordenador de Segurança e Saúde a Eng.ª Cristina Aguiar. ----

-----Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----

-----1 – “ACIDENTE DEVIDO A TAMPA DE CAIXA DE VISITA DE ÁGUAS - RESIDUAIS” -----

----- - RECLAMAÇÃO DE CRISTINA MARIA SIMÕES MELO -----

-----Na sequência da reclamação apresentada pela munícipe Cristina Maria Simões Melo, sobre o acidente ocorrido no CM 1092, que liga a Carapinheira às Meãs, foi presente o respectivo processo acompanhado de uma informação dos serviços e de dois orçamento que ascende a 538,45 € (quinhentos e trinta e oito euros e quarenta e cinco) – IVA já incluído. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e, deliberou por unanimidade assumir os prejuízos causados no veículo da munícipe Cristina Maria Simões Melo, no montante 538,45 € (quinhentos e trinta e oito euros e quarenta e cinco) – IVA já incluído, devendo a mesma apresentar os seguintes documentos:-----

-----Um – Livrete e Registo de Propriedade do veículo sinistrado, fazendo igualmente prova de que é legítimo proprietário do mesmo. -----

-----Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

-----2 – “ETAR PARA ESGOTOS DE LICEIA, GATÕES E SEIXO” -----

----- - PLANO DE TRABALHOS, PLANO DE PAGAMENTO E -----

----- CRONOGRAMA FINANCEIRO -----

----- - APROVAÇÃO-----

-----Foi presente uma informação dos serviços acompanhada do Plano de Trabalho, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos, apresentados pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que estes estão em condições de ser aceites. -

-----Um – A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Trabalho, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos.-----

-----Esta deliberação foi aprovada e minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

----- 1 – ILUMINAÇÃO DE NATAL/2010 -----

-----A Vereadora do Pelouro deu conhecimento de que devido às contenções de despesas no presente ano, propõe que apenas seja feita iluminação de Natal numa parte da Castelo de Montemor (contorno das muralhas do lado da entrada principal, um dístico de Boas Festas e uma Estrela com cauda no torreão), que terá um valor de 2.550,00€.

-----Mais disse que as iluminações de Natal (em todas as Sedes de Freguesia do Concelho) ficaram em 2008 e 2009 em 28.800,00€ e 22.785,28€ respectivamente.

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que este é um bom exemplo de contenção de despesa e é nesta linha que devem seguir no futuro. Não eram contra a iluminação e a alegria do Natal, mas acham que esta redução drástica é fundamental nos tempos que correm.

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar proposta apresentada.

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.

----- 2 – BIBLIOTECA MUNICIPAL – ANIMAÇÃO DA LEITURA -----

-----A Vereadora Alexandra Ferreira deu conhecimento de uma informação que a seguir se transcreve:

-----“1 – Apresentação do projecto: Animação da leitura e Expressão Dramática para o Pré-escolar e 1º CEB

-----A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, pretende levar a efeito, pelo 8º ano consecutivo um Projecto Concelhio que tem por objectivos estruturais: desenvolver competências a nível da Expressão Dramática, narrativa oral, promovendo ainda a formação artística nas áreas do movimento e dramatização; estabelecer intercâmbios entre as crianças dos Jardins-de-Infância, os alunos das EB 1 e a Biblioteca Municipal Afonso Duarte; sensibilizar Educadores (as) Docentes e Encarregados de Educação para a importância que a Educação e Cultura deverão ter na formação pessoal enquanto formandos e cidadãos de pleno direito.

-----No ano 2011 pretendemos continuar o projecto do ano transacto levando a animação da leitura ao Pré-Escolar e 1º CEB da Rede Municipal Concelhia. Este amplo projecto abrange diversas áreas ligadas à animação da Leitura procedentes do Gabinete de Educação e desta Biblioteca Municipal: Projecto “Livros Errantes”; Concurso de Histórias e Ilustrações; Dinamização da Leitura na Bebeteca; Dia Mundial da Criança; Dia Mundial do Livro Infantil

-----2 – Operacionalização do projecto

-----2.1 – Parceria com o CITEC

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

-----Neste sentido, sugerimos uma proposta de parceria com o Centro de Iniciação Teatral Esther de Carvalho que vem ao encontro dos objectivos e solicitações das partes envolvidas permitindo assim, a diversificação da oferta de actividades e conteúdos curriculares no pré-escolar/1º CEB e animação da Biblioteca Municipal Afonso Duarte. -----

-----2.2 – Local e carga horária-----

-----Mais sugerimos que as actividades orientadas por um dos elementos do núcleo criativo do CITEC, decorram nos estabelecimentos escolares e/ou na Biblioteca Municipal, num total de 12 (doze) horas semanais, entre os meses de Janeiro de 2011 e Junho de 2011, durante os períodos escolares pré-definidos. -----

-----2.3 – Pagamento-----

-----No que concerne ao pagamento, por uma questão de equidade e coerência, propunha que se pagasse o mesmo montante que se paga aos docentes que estão nas AEC, ou seja 15 Euros/hora. A carga horária, número de meses, carga horária total e respectivos custos serão os que constam no quadro seguinte: -----

Nº de semanas (12h/semana)	Meses/Ano	Nº de horas	Nº de horas x15€/hora	Total Geral
4	Janeiro/11	48	720 Euros	3 555,00 €
4	Fevereiro/11	48	720 Euros	
4	Março/11	48	720 Euros	
2	Abril/11	24	360 Euros	
4	Maio/11	48	720 Euros	
2	Junho/11	21	315 Euros	
20	6 Meses	237 Horas	3 555,00 €	

-----Assim propomos a V.ª Ex.ª, no caso de anuência, que seja feito um contrato de prestação de serviços com a entidade CITEC, durante o período acima referido (Janeiro 2011 / Junho 2011), num total de 237 horas, deduzido o período das interrupções lectivas da Páscoa, Carnaval e feriados, disponibilizando para tal um montante global de 3.555,00 Euros (Três mil quinhentos e cinquenta e cinco euros). -----

-----Se for entendimento de V. Ex.ª dar continuidade a estes projectos concelhios de promoção da leitura para o ano 2011, solicito aprovação e disponibilização da verba para a execução do projecto." -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- 3 – BIBLIOTECA MUNICIPAL – VII CONCURSO DE HISTÓRIAS E----- ----- ILUSTRAÇÕES – APRESENTAÇÃO DO PROJECTO:----- ----- REGULAMENTO E CRONOGRAMA FINANCEIRO DE----- ----- REALIZAÇÃO-----

-----A Vereadora Alexandra Ferreira deu conhecimento de uma informação que a seguir se transcreve:-----

-----“I – Apresentação do tema:-----

-----É pensando em soltar a imaginação das nossas crianças do 1º Ciclo que a Biblioteca Municipal Afonso Duarte, sugere para o Concurso de Histórias e Ilustrações de 2011 o tema: “Lengalengas, Trava-línguas e histórias da carochinha...”-----

-----As lengalengas são muito importantes no desenvolvimento da criança, pois permitem desenvolver a sua imaginação e a sua linguagem. Através das lengalengas as crianças podem jogar ao elástico, saltar à corda, entre outras brincadeiras. Além de ajudarem as crianças a divertirem-se também as ajuda a aprender outras coisas, como por exemplo, os números, as vogais, as cores, etc.-----

-----Trava-línguas é uma brincadeira com palavras difíceis de pronunciar quando estão juntas.- -----

-----Por Histórias da Carochinha, entendemos grosso modo os contos populares que podemos recriar no âmbito deste concurso.-----

-----O que se pretende é que sob o tema: “Lengalengas, Trava-línguas e histórias da carochinha...” as crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho registem os seus escritos e que os ilustrem se assim o entenderem.-----

-----II – Regulamento-----

-----Proposta de documento anexo a esta informação.-----

-----III – Projecto de divulgação-----

-----Como estímulo à apresentação de trabalhos e com o objectivo de dinamizar sessões de Leitura e expressão dramática junto das Escolas sobre o tema a concurso, a Autarquia tenciona manter para esta edição de 2011 a realização da divulgação do concurso junto das escolas.-----

-----IV – Cronograma de Realização do Projecto-----

-----Janeiro/Junho 2011:-----

-----Admissão dos Trabalhos-----

-----Setembro/Novembro 2011:-----

-----Apreciação dos Trabalhos-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Dezembro de 06

-----Novembro/Dezembro 2011; -----

-----Divulgação dos seleccionados/Sessão de apresentação -----

-----V – Júri -----

-----O júri, responsável pela selecção dos trabalhos a concurso, será constituído por cinco elementos, com a seguinte distribuição individual: um representante da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho que presidirá, um representante da Direcção Regional de Educação do Centro, um escritor, um artista plástico e uma individualidade a convidar.-----

-----VI – Orçamento -----

-----Prémios: Constituído por conjuntos de Livros – 200,00€" -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Projecto, Regulamento que consta como documento anexo à presente acta sob o número oito, Orçamento e Cronograma de realização do VII Concurso de Histórias e Ilustrações. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- **V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO** -----

----- **VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO** -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas doze horas e vinte e cinco minutos, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª